

Entre a literatura agrária latina e a economia rural romana: elementos discursivos e aspectos econômicos em Catão e Varrão

José Ernesto Moura Knust

Resumo: os tratados de Catão, Varrão e Columela têm sido utilizados há mais de um século como fontes históricas privilegiadas para o estudo da economia rural romana. Nas últimas décadas, contudo, este uso indiscriminado dos tratados como se fossem descrições ou prescrições da realidade rural italiana antiga tem sido severamente criticado. Diversos autores têm mostrado que estes tratados se inserem em uma tradição literária específica, e que os elementos discursivos do texto precisam ser entendidos dentro de questões literárias, culturais e ideológicas. Frente a esta crítica, deve-se colocar uma questão fundamental: estes tratados devem ser encarados apenas como fontes para o estudo de determinados quadros culturais e ideológicos da sociedade romana antiga ou é possível criar novas abordagens que, levando em consideração as questões levantadas pela crítica, sejam capazes de ainda utilizar tais textos como fontes para o estudo da história social e econômica do mundo rural romano? O presente artigo pretende apresentar uma proposta de abordagem neste sentido, a partir de análises dos textos de Catão e Varrão, mostrando que a identificação destes elementos discursivos não só não nos impede de fazer análises econômicas e sociais, como permitem melhores análises deste tipo.

Palavras-chave: Economia Rural Romana, Literatura Agrária Latina, Catão e Varrão.

Abstract: historians have used the treatises of Cato, Varro and Columella as core historical sources in the study of Roman rural economy in the last 150 years. In the last decades, however, some scholars have criticized this use of these texts as descriptions (or at least prescriptions) of the ancient Italian rural world. Several authors have shown that these treatises fit into specific literacies tradition. So, discursive elements of each text need to be understood within literary, cultural and ideological frames. Faced with this criticism, we must ask a fundamental question: should we consider these treatises only as sources for the study of certain cultural and ideological frameworks of ancient Roman society or can we create new approaches that considering the issues raised by recent criticism would allow us to use such texts as sources for the study of the Roman social and economic history? This article aims to analyse the texts of Cato and Varro, showing that the identification of these discursive elements enhances us to produce better social and economic analyses.

Keywords: Roman economy, Latin agrarian literature, Cato and Varro.

Parece ter sido Max Weber, em seus trabalhos sobre a Antiguidade, o primeiro a usar os tratados sobre o campo dos eruditos romanos Catão, Varrão e Columela como fonte para o estudo da realidade rural italiana antiga – no que ele foi seguido, ao longo do século XX, por historiadores das mais diversas perspectivas teóricas. Passagens destes tratados serviram de indícios para embasar diferentes interpretações sobre a economia e a sociedade rural romana entre os séculos II a.C. e I d.C.. Pressupunha-se, para tanto, que tais tratados haviam sido elaborados como respostas diretas para

problemas materiais da realidade econômica dos campos italianos – seja como descrições dessa realidade, seja como propostas de intervenção nessa realidade.

Nas últimas décadas, contudo, esta abordagem tem sido bastante criticada. Afirma-se que não haveria motivos para tratarmos estes textos como descrições “fiéis” da realidade da agricultura nos campos italianos. Em primeiro lugar, aponta-se que a arqueologia rural tem nos indicado uma realidade muito mais heterogênea das formas de exploração agrícola do que nos fazem pensar estes tratados, que aparentemente destacam tipos muito específicos de organização da propriedade rural¹. Além disso, esses tratados seriam permeados por preocupações muito mais amplas que a economia, não sendo exatamente manuais agrários cujas reflexões pretendem responder diretamente problemas da economia rural e muito menos meras descrições da realidade rural. A compreensão das estruturas conceituais destes textos dependeria, na verdade, da inserção de sua análise no estudo das ideias políticas e culturais romanas².

Esta mudança de perspectiva metodológica se insere em um contexto de avanço de posturas epistemológicas mais céticas nas últimas décadas. Acreditar que os textos de Catão, Varrão e Columella nos daria com pouca ou nenhuma mediação informações claras sobre o quadro geral da realidade rural italiana passou a ser visto como uma ingenuidade metodológica. A exigência de estudos mais profundos sobre os conceitos e estruturas retóricas desses textos surgiu como resultado desta postura.

Uma grande questão emerge frente a esta postura cética: existe procedimento metodológico que permita a obtenção de informações acerca das práticas do mundo rural italiano a partir dos textos de Catão, Varrão e Columela? É possível desenvolver métodos de análise para superar os limites da abordagem tradicional? A resposta a estas perguntas depende de um estudo destes tratados que utilize os avanços permitidos pela abordagem mais cética para repensar o significado socioeconômico destes tratados. Isto é, precisamos aprofundar o estudo sobre a produção destes textos para avaliar o quanto eles podem nos informar sobre a história social e econômica do mundo rural romano – e este é o objetivo deste artigo. Para tanto, focarei meu estudo em dois dos três autores citados: Catão e Varrão,

¹ GUARINELLO, Norberto Luiz, **Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 115–120; VALLAT, Jean-Pierre, Les structures agraires de l'Italie républicaine, **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 42, n. 1, p. 181–218, 1987, p. 181.

² JOLY, Fábio Duarte, Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela, **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 281–299, 2003, p. 282.

analisando as condições de produção de seus textos, seu público alvo e, especialmente, os objetivos de sua composição.

O *De agri cultura* de Catão

Marco Pórcio Catão é um personagem bastante conhecido da história romana, famoso por seu legado político-ideológico tradicionalista e moralizante. Nascido em Túsculo, em 237 a.C., ele tornou-se um político destacado na república romana, mas não era membro de uma das tradicionais famílias aristocratas – tratava-se, portanto, do que chamavam de um homem novo³. A defesa do tradicionalismo e do costume dos antepassados contra os novos costumes, simbolizados sobretudo pela influência helenística, foi um elemento chave utilizado por Catão e seu maior aliado político, Lúcio Valério Flaco, contra seus maiores rivais políticos, os Cipiões⁴. Uma das características mais marcantes dessa defesa de valores tradicionais por Catão foi a sua perenização na forma da escrita – uma inovação importante para o período. Plutarco afirma que Catão compôs tratados sobre uma infinidade de assuntos – dos quais conhecemos apenas alguns fragmentos de seu tratado histórico *Origines* e o texto completo de seu tratado sobre o campo *De agri cultura*⁵.

Não conhecemos a data nem as condições exatas da produção deste tratado. Um aspecto que salta aos olhos mesmo de um leitor desatento é a organização aparentemente desconexa dos temas através dos capítulos. Temas sem relação direta clara se sucedem, enquanto alguns temas reaparecem em capítulos muito distantes entre si; conselhos concretos e afirmações generalizantes se sobrepõem sem adequações entre as diferentes disposições sobre o mesmo assunto. Esta organização singular gerou muitas especulações sobre como teria se dado sua composição. Alguns autores acreditam que o tratado seria, na verdade, uma compilação póstuma das anotações do próprio Catão sem uma revisão cuidadosa⁶. Ainda que Catão tenha organizado o texto ainda em vida, a falta de linearidade e padrão entre os capítulos me parece realmente servir de indício de que o tratado foi composto por textos prévios que não possuem uma origem homogênea.

Independente de qual teoria acerca da composição do livro esteja correta, ainda é preciso entender o significado da produção desta obra no século II a.C.. Por muito tempo se afirmou que o

³ Plutarco, *Vida de Catão*, 1.

⁴ Plutarco, *Vida de Catão*, 5. TREVIZAM, Matheus, **Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina**, Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2006, p. 49–50.

⁵ Plutarco, *Vida de Catão*, 25.

⁶ WHITE, K. D., *Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors*, **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**, v. I.4, 1973, p. 448; CARLSEN, Jesper, **Vilici and Roman Estate Managers Until AD 284**, Roma: L'Erma di Bretschneider, 1995, p. 17.

texto de Catão teria por objetivo aconselhar a administração de uma propriedade fundiária dentro das novas condições socioeconômicas advindas das transformações sociais e econômicas que afetaram a Itália romana após a Segunda Guerra Púnica. Nesta linha, o surgimento do texto de Catão deveria ser compreendido dentro do contexto histórico do desenvolvimento do modo de produção escravista (possibilitado pelas conquistas imperiais romanas e pelo desenvolvimento da produção visando o mercado de determinados produtos *agropastoris*) e do empobrecimento do campesinato⁷.

Esta interpretação está, há algum tempo, sob ataque, tanto a partir da crítica metodológica sobre o uso dos textos “agronômicos” para a história social e econômica, quanto pela reavaliação historiográfica das próprias transformações econômicas ocorridas neste período. Isto é, por um lado, afirma-se que o tratado de Catão não pode ser interpretado apenas pela sua relação com a realidade econômica e, por outro, se afirma que esta realidade fora identificada de maneira equivocada. Para os interesses deste artigo, o problema central está no quanto os aspectos socioculturais e políticos que estruturam o texto catoniano interferem na possibilidade de entendermos a realidade rural italiana a partir de suas informações.

Brandon Reay acredita que Catão tem por objetivo, ao abordar a agricultura, a criação de um modelo de autorrepresentação da aristocracia⁸. Como Catão era um “homem novo”, isto é, não descendia de família aristocrática, sua construção do modelo de aristocracia precisa romper com um discurso fundamentado no elemento familiar das origens aristocráticas. Isso não significava a negação da importância dos antepassados – pelo contrário, Catão é um conhecido tradicionalista –, mas uma mudança na maneira de reivindicar este passado.

Segundo Reay, Catão constrói um projeto de autorrepresentação aristocrática no qual a emulação das *atitudes* dos antepassados, e não a *herança familiar* dos antepassados, é a fonte da autoridade aristocrática. Desta maneira, Catão continuava atuando dentro da teoria aristocrática de que a elite da sociedade romana era superior ao resto da sociedade devido a sua relação com os antepassados, mas ele mudava esta relação da herança para o comportamento: era aristocrata (*boni*) quem comungava com as atitudes dos antepassados, não apenas quem descendia de suas famílias⁹. É interessante notar que, segundo Plutarco, ao ser alcunhado de homem novo, Catão retrucava que “se

⁷ WHITE, Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors, *op.cit.*, p. 444; MARTIN, René, **Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales**, Paris: Les Belles Lettres, 1971, p. 85; HOPKINS, Keith, **Conquerors and slaves**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 55.

⁸ REAY, Brendon, Agriculture, Writing, and Cato's Aristocratic Self-Fashioning, **Classical Antiquity**, v. 24, n. 2, p. 331–361, 2005, p. 334.

⁹ *Ibid.*, p. 335.

era realmente novo em cargos e prestígio, tinha a seu favor a ancianidade dos feitos e dos méritos de seus ancestrais”¹⁰. Isto é, se seus ancestrais não tinham os cargos e prestígios, tinham os feitos e méritos (isto é, comportamentos) aristocráticos.

Uma destas atitudes a serem comungadas pelos aristocratas era a valorização do *labor*. A palavra, que etimologicamente apresenta uma ligação com esforço penoso, ganha, dentro da valorização do *mos maiorum*, uma carga positiva, sendo o meio pelo qual o cidadão ganha seu sustento e torna-se digno de consideração pela comunidade¹¹. Porém, o trabalho que é valorizado pelo *mos maiorum* é aquele identificado como o *labor* dos antepassados, o trabalho agrícola¹². Segundo Reay, Catão se vê a frente de um “dilema” neste momento: a valorização do trabalho agrícola dos antepassados contrasta com a realidade dos proprietários majoritariamente ausenteados.

A solução de Catão para este “dilema” não poderia coadunar melhor com este projeto de criação de uma auto-representação aristocrática: ele apresenta o proprietário como o *sujeito* da atividade agrícola, sendo os escravos suas meras extensões através das quais o verdadeiro agente, o proprietário, atua¹³. A desumanização do escravo é um elemento comum na ideologia escravista¹⁴ e vai ao encontro das necessidades da construção do discurso do *labor* aristocrático: mesmo ausenteados, o agente do trabalho agrícola é o proprietário, pois este age através de seus escravos, que ideologicamente não são agentes, mas instrumentos.

Em uma brilhante análise do problema do “escravo como espécie de *alter ego* do senhor”, William Fitzgerald aponta para a necessidade constante que os senhores tinham de que seus escravos não fossem os meros autômatos que a ideologia escravista previa¹⁵, o que leva a um dos problemas fundamentais da ideologia escravista: o duplo caráter do escravo, coisa e ser humano ao mesmo tempo¹⁶. Uma das soluções para este paradoxo da ideologia escravista é enquadrar as ações positivadas dos escravos como sendo, na verdade, ações dos seus senhores através do que seriam meras extensões, os seus escravos. Isto é permitido pelo caráter de dominação total imposto pelo senhor aos seus escravos: como pessoas totalmente despossuídas de poder, os escravos não podem

¹⁰ Plutarco, *Vida de Catão*, 1.

¹¹ ROCHA PEREIRA, Maria Helena da, **Estudos de história da cultura clássica**, 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 397–398.

¹² *Ibid.*, p. 360 e 399.

¹³ REAY, Agriculture, Writing, and Cato’s Aristocratic Self-Fashioning, *op.cit.*, p. 335.

¹⁴ FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**, Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 99–100; PATTERSON, Orlando, **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**, São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁵ FITZGERALD, William, **Slavery and the Roman Literary Imagination**, Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 13, 17 e 27.

¹⁶ DAVIS, David Brion, **O problema da escravidão na cultura ocidental**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 50–51.

ter um caráter ativo ou autônomo nas suas atividades sociais, em sua impotência, o escravo tornava-se uma extensão do poder do senhor¹⁷.

Em uma atenta e arguta análise do *De agri cultura*, Reay identifica uma constante ambiguidade sobre quem é o agente das muitas das atividades que Catão indica que devem ser realizadas. Em alguns capítulos, há uma divisão clara entre os deveres do senhor quando em visita à propriedade e as obrigações dos trabalhadores rurais¹⁸. Em diversos capítulos, contudo, as atividades a serem realizadas são enunciadas através de verbos na segunda pessoa do imperativo, isto é, para serem realizadas pelo leitor do texto. Este fato gerou certas especulações sobre o uso do tratado de Catão: ele poderia ser utilizado como modelo pelos senhores absenteístas para deixarem ordens por escrito para os encarregados de suas propriedades ou mesmo poderia ter como público alvo, além dos próprios proprietários, estes encarregados. Algumas passagens, em que há uma distinção explícita entre o leitor do texto e o senhor, e aparentemente o encarregado (*uilicus*) é este leitor, sugerem esta interpretação¹⁹. Essa interpretação converge perfeitamente com a hipótese que estabelece os escritos cotidianos de Catão acerca de suas propriedades como a fonte para a composição do *De Agri Cultura* e com o próprio conselho de Catão sobre deixar por escrito as ordens sobre a execução dos trabalhos²⁰.

Sem descartar estas duas hipóteses, porém, Reay convida-nos a lidar com este fato como Catão e sua audiência lidavam: sem ver qualquer paradoxo nesta formulação. Segundo Reay, para os membros da aristocracia leitores do texto de Catão era exatamente a mesma coisa ler uma frase que dissesse que o proprietário deveria fazer algo ou que dissesse que seus escravos deveriam fazer algo, pois a ação final seria a mesma: o proprietário estaria realizando aquela ação – através de sua “extensão”, de seus instrumentos, os seus escravos²¹. Há uma longa série de passagens em que Catão utiliza verbos na segunda pessoa do imperativo indicando que o leitor é o sujeito da ação, mas que listam atividades (como a colheita) que obviamente não seriam realizadas pelo senhor absenteísta²².

Todas essas passagens reforçam a interpretação de que o *De Agri Cultura* foi composto, em parte, a partir de anotações de Catão com ordens para os encarregados por suas propriedades. Reay acerta, de toda forma, em tentar compreender qual era o significado que Catão (ou quem compilou seus escritos) pretendia criar através a leitura destes textos por seu público alvo, seus pares aristocratas

¹⁷ PATTERSON, *Escravidão e morte social*, *op.cit.*.

¹⁸ e.g. Catão, *De Agri Cultura*, II.3-5.

¹⁹ e.g. Catão, *De Agri Cultura*, IX.1; XXXVII.5; LV.1

²⁰ Catão, *De Agri Cultura*, II.6.

²¹ REAY, *Agriculture, Writing, and Cato's Aristocratic Self-Fashioning*, *op.cit.*, p. 342–347.

²² Catão, *De Agri Cultura*, III.2-3; XXVI.1; XXX.1.

proprietários ausentes. E sua interpretação me parece correta. A recepção da obra pela elite romana estava diretamente enquadrada pela valorização aristocrática do *labor*: o aristocrata proprietário ausente transformava-se no cultivador da terra através de sua “extensão”, seus escravos, tornando-se o verdadeiro *coloni* ou *agricola* (os termos que Catão utiliza no prefácio da obra ao se referir aqueles que optam pela segurança e a honestidade da busca da riqueza através da agricultura, e que é o momento do tratado mais facilmente identificável como valorização do *labor* aristocrata ligado ao *mos maiorum*).

Ademais, a importância do projeto político-cultural catoniano manifesto no *De Agri Cultura* cresce historicamente pelo fato de ter se consolidado através da escrita. Ao dar este “impulso gráfico” ao seu projeto, Catão transformava aquilo que poderia ser uma performance efêmera, ocasional, em um artefato da memória histórica. É possível ver este efeito em um dos mais famosos leitores de Catão: nas cartas do futuro imperador Marco Aurélio a seu tutor Fronto, aquele narra sua estadia em uma *uilla* imperial junto a seu pai adotivo, o imperador Antonino Pio. Ele menciona apaixonadamente o quanto tem se deliciado com a leitura do *De Agri Cultura* de Catão, como tem passado seus dias entretido pela colheita da uva e as maravilhas de jantar em um cenário rústico, no conforto da prensa das uvas, como faziam os antepassados²³.

Torna-se fundamental para qualquer utilização historiográfica do tratado catoniano lidar com estas considerações político-culturais. Se o tratado de Catão é estruturado pela construção de um discurso político-ideológico específico, este obviamente afetará a maneira como as atividades da propriedade rural serão descritas ou prescritas. Porém, isto significa que esta determinação político-cultural sobre a produção do conteúdo do *De agri cultura* nos impede qualquer acesso à realidade econômica dos campos italianos?

Minha resposta para essa pergunta é *não*. Esse conteúdo construído a partir de determinados elementos político-culturais é uma leitura da realidade material, social e econômica, em que o autor vivia. Considerando a hipótese mais provável sobre a composição da obra, que aponta a origem dos textos deste tratado em apontamentos feitos por Catão em seu cotidiano de proprietário ausente, me parece ainda mais peremptória a hipótese de que a forma como Catão descreve a realidade rural romana tem, sem sombra de dúvidas, muito a nos dizer sobre os aspectos econômicos e sociais desta realidade – desde que bem analisada. Defendo, portanto, que a correta e importante identificação do tratado de Catão como parte de um projeto político-ideológico não exclui sua utilização como fonte

²³ Fronto, *Correspondência com Marco Aurélio*, 4.5-6.

histórica para estudos de história econômica. Estes elementos acrescentam, sem sombra de dúvidas, questões fundamentais para este tipo de análise, que foram, de maneira geral, ignoradas por análises tradicionais. Isto é, o *De agri aultura* é um artefato ideológico complexo, composto na interseção de diversos níveis campos ideológicos e relações sociais. Deste modo, a construção de seu discurso é perpassada por diversos referenciais sociais, o que determina a existência de elementos sociais múltiplos na construção das estruturas conceituais que perpassam o texto.

Apenas para exemplificar o que estou dizendo abstratamente aqui, podemos nos ater ao problema do peso da escravidão no tratado. Deve-se levar em consideração, para analisar esse elemento do texto, o fato de que a escravidão tende a ser enfatizada no texto por se tratar justamente do tipo de relação de trabalho que melhor converge com o objetivo de identificar o proprietário como o verdadeiro agente do *labor*²⁴. Diante disso, qualquer estudo sobre o trabalho escravo nas propriedades fundiárias da aristocracia romana que tenha esse texto como parte de suas fontes históricas precisa levar este aspecto político-ideológico em consideração.

Isso não significa, por outro lado, que o estudo sobre a escravidão rural a partir destes tratados esteja interdito. Se a grande presença dos escravos no tratado não nos deve levar a superestimar o peso da escravidão na realidade econômica dessas propriedades, os diversos aspectos das relações sociais escravistas que aparecem no tratado não podem ser ignorados. Pelo contrário: se a escravidão aparece sob uma lupa no tratado, isto nos traz uma vantagem para o estudo desta instituição, nos permitindo ver detalhes desta relação social que permanecem obscuros no caso de outras que não são tão destacadas.

Acredito que é possível, tendo atenção aos problemas postos pelo quadro conceitual, ideológico e político em que as considerações de Catão sobre a escravidão rural são construídas, utilizá-las para o estudo da escravidão rural romana – isto porque acredito que um texto que fundamentasse seu projeto político-ideológico ao mesmo tempo em que promovesse conselhos úteis ou, ao menos, convergentes com a experiência cotidiana da elite proprietária, teria muito mais condições de repercussão do que um tratado que não o fizesse. Ainda que perpassado por diversas outras preocupações e enviesado por projetos políticos-culturais, não há porque negar que Catão estava refletindo sobre a relação escravista quando escrevia sobre a relação com os escravos. Certos aspectos do *De agri cultura* reforçam essa impressão. Algumas características do tratado indicam usos utilitaristas do texto, como a já mencionada possível utilização das passagens de Catão como

²⁴ JOLY, Fabio Duarte, Terra e trabalho na Itália do alto Império, in: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Orgs.), **Repensando o Império Romano**, Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 76–77.

modelos para a escrita de ordens para os encarregados das propriedades. Segundo J.G.F. Powell, a extrema “topicalização” dos temas e a presença de frases iniciais que identificam a temática a ser tratada em praticamente todos os capítulos indicam uma prática atestada em outros tipos de textos latinos: o uso de modelos ou instruções para situações particulares²⁵.

Podemos ir além. Ao lado da construção de um projeto político-ideológico específico para o problema que Brandon Reay identifica, a auto-representação aristocrática, é possível identificar outros projetos ideológicos na construção do discurso da *De agri cultura*, como, por exemplo, a racionalização da atividade produtiva e das relações de controle sobre o trabalho. Estes outros discursos também precisam ser analisados para a melhor compreensão do texto. Deste modo, voltando ao exemplo da escravidão, a ênfase no trabalho escravo não pode ser entendida meramente pelo caráter de reforço da posição senhorial do proprietário e no aspecto relevante disto para o projeto político-ideológico da obra de Catão identificado por Reay, mas também pela importância que eles desempenham no controle do trabalho agrícola e na importância que a escravidão desempenha na visão patriarcal de controle sobre as relações sociais.

O *De re rustica* de Varrão

Marco Terêncio Varrão foi considerado ao longo da Antiguidade e da Idade Média um dos grandes eruditos romanos. Seus textos enciclopédicos, sobretudo os que tratavam sobre questões religiosas, foram muito lidos e influenciaram mesmo autores cristãos²⁶. A partir de meados da Idade Média e do Renascimento, contudo, o interesse pela vasta obra de Varrão acabou se estreitando em dois trabalhos específicos: o tratado sobre gramática *De lingua latina* e o tratado sobre o campo *De re rustica*. Tais obras foram sobre as quais os eruditos renascentistas interessados em Varrão dedicaram seus estudos, sendo, não por acaso, as únicas que chegaram até os nossos dias de maneira mais completa. Além de pequenos excertos que conhecemos a partir de citações e referências em obras de outros autores, conhecemos, da extensa produção varroniana, apenas os três livros da *Re Rustica* e os livros V a IX dos vinte e cinco do *De Lingua Latina*.

O tratado sobre o campo de Varrão é composto por três livros, todos escritos na forma de diálogos. O Livro I é dedicado à agricultura, o Livro II, ao pastoreio, e o Livro III dedica-se à *pastio uillatica* (criação de pequenos animais na própria sede da propriedade rural). No capítulo I do Livro

²⁵ POWELL, J.G.F, Dialogues and treatises, in: **A companion to Roman literature**, Malden; Oxford: Blackwell, 2005, p. 228.

²⁶ HERNANDEZ MIGUEL, Luis Alfonso, **Varrón**, Madri: Ediciones Clásicas, 2000, p. 15.

I, que serve de introdução à obra, Varrão afirma que aos oitenta anos de idade decidira escrever aquele livro para que sua esposa, Fundânia, tivesse acesso aos seus conselhos sobre como tornar uma propriedade rural produtiva mesmo depois de sua morte. A partir dessa passagem, a data de composição da obra seria 36 a.C..

Porém, René Martin defende uma hipótese amplamente aceita pelos estudiosos do tratado de que, na verdade, tal data marcaria apenas a compilação de três livros originalmente independentes e escritos em momentos diferentes da vida de Varrão. O argumento mais forte a favor desta hipótese de Martin é a sua análise deste capítulo I do livro I, no qual ele identifica diversas inconsistências e incongruências que nos levam a crer que um capítulo previamente escrito para introduzir um livro sobre a agricultura acabou sendo modificado para introduzir o tratado em três livros²⁷. Soma-se a isso o fato de Martin identificar algumas opiniões conflitantes na apreciação de certos temas nos diferentes livros, que indicariam um tempo de composição destes trechos bastante distendido²⁸.

Para explicar todas estas “arestas” na composição da obra, Martin propôs a tese de que a composição do texto de Varrão teria sido clivada cronologicamente. Segundo o historiador francês, o livro I não pode ter sido escrito antes de 59 a.C., pois cita Escrofa (um dos personagens centrais do diálogo) como um dos *uirgintuir*²⁹, isto é, membro da comissão de vinte homens designada para repartir as terras da Campânia neste ano. Por outro lado, sua composição não deveria ser muito posterior a esta data, pois a referência a esta atividade de Escrofa não deveria ser esperada depois de muitos anos de realizada. Além disso, a data dramática, isto é, a data em que o diálogo é ambientado pelo autor, certamente é o período entre 59 a.C. e 57 a.C., pois há referência à casa de Lúculo³⁰, romano notável pelas suas riquezas e feitos militares, morto em 57 a.C.. Desta maneira, Martin indicava alguma data próxima a 55 a.C. para a composição do livro I, sendo os dois outros livros posteriores, enquanto 37 a.C. seria a data da compilação destes livros como uma obra única³¹.

De qualquer forma, os três livros que compõem a *De re rustica* se inserem em uma mesma tradição “literária”: os “manuais técnicos” acerca de conhecimentos diversos, muito populares no mundo helenístico e que se espalharam pela elite romana quando das conquistas no Mediterrâneo

²⁷ MARTIN, *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*, *op.cit.*, p. 225–226.

²⁸ *Ibid.*, p. 220–221.

²⁹ Varrão, *De re rustica* I.2.10.

³⁰ Varrão, *De re rustica* I.2.10.

³¹ MARTIN, *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*, *op.cit.*, p. 226–228 e 233.

oriental³² - e, portanto, tem um enquadramento sócio-literário diverso daquele da obra de Catão. Tratados deste tipo escritos por autores gregos eram amplamente conhecidos pelos romanos, sendo longa a lista destes citados por Varrão no início de seu tratado³³ e logo se tornaram também um importante modelo literário em Roma. Deve-se atentar para um ponto importante: o termo “manual técnico” possui uma carga anacrônica perigosa, pois os romanos não faziam uma distinção entre “literatura-artística” (*belles-lettres*) e literatura técnica, ou seja, mesmo o que chamamos de manual técnico tem pretensões artísticas³⁴, no sentido bem enunciado por Cícero de que “a exposição é por si própria uma arte”³⁵.

Além disso, outra interpretação anacrônica do termo “técnico” deve ser evitada: a leitura destes “manuais” não era meramente instrumental. Estes tratados, cuja leitura era muito difundida na elite romana, tinham como assuntos mais comuns justamente aqueles tópicos que eram vistos, de alguma maneira, como necessários para o exercício de cargos públicos ou para o correto comportamento de um *pater familias*, desempenhando papel importante na construção da própria identidade aristocrática. Desta forma, escrever um tratado sobre a agricultura não era meramente elencar informações necessárias para o *pater familias* administrar de maneira satisfatória suas propriedades, mas propriamente valorizar e difundir certas ideias sobre a identidade aristocrática. O tratado de Varrão, assim como o de Catão, se insere na valorização do *labor* como um dos elementos fundamentais da caracterização desta identidade.

Acredito ser possível, inclusive, estender para a *De re rustica* a análise feita por Brandon Reay sobre o tratado de Catão. Assim como este, Varrão também utilizava verbos na segunda pessoa do imperativo, criando o mesmo efeito de fazer dos leitores os agentes da atividade agrícola. Esse aspecto é extremamente marcante nos capítulos dedicados por Varrão a descrição das operações agrícolas em suas épocas corretas, como podemos exemplificar, entre outras possibilidades, na seguinte passagem:

No primeiro intervalo, entre o Favônio e o equinócio de primavera, é preciso que estas coisas sejam feitas: plantar os viveiros de todo tipo, podar os arvoredos, adubar as pastagens, ablaquear em torno das videiras, cortar as raízes que ficam à flor da terra, limpar as pastagens, plantar salgueiros e schar as searas.³⁶

³² WHITE, Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors, *op.cit.*, p. 467.

³³ Varrão, *De re rustica* I.1.8.

³⁴ POWELL, Dialogues and treatises, *op.cit.*, p. 224.

³⁵ Cícero, *De Legibus*, 2.47.

³⁶ Varrão, *De Agri Cultura*, I.LXXIX.1. Primo intervallo inter favonium et aequinoctium vernum haec fieri oportet. Seminaria omne genus ut serantur, putari arbusta, stercorari in pratis, circum vites ablacuari, radices quae in summa terra sunt praecidi, prata purgari, salicta seri, segetes sariri.

Ao ler esta passagem, podemos nos fazer o mesmo tipo de pergunta feita sobre o texto de Catão: quem realizará todas essas atividades? Os trabalhadores não são mencionados como sujeitos ativos da produção, aparecem apenas como um meio oculto pelo qual o proprietário realiza tais atividades.

Outra questão político-ideológica que pode perpassar a composição da *De re rustica* por Varrão é identificada pela historiadora Carin Green. Segundo ela, o conceito varroniano de administração da *uilla* é perpassado por uma identificação ideológica com a administração da *res publica*³⁷ – de maneira similar ao que se pode perceber no tratado de Columella, segundo Fábio Joly³⁸. Assim, os conselhos sobre a administração das propriedades rurais de Varrão são construídos tendo em mente não apenas a realidade rural da qual falam diretamente, mas em consonância com perspectivas, interesses e concepções do autor acerca da administração pública.

Para ressaltar esse aspecto político-ideológico da composição literária de Varrão, cabe perceber que a composição de obras literárias é uma das características mais marcantes de sua atuação política. Os exemplos mais claros disso são obras compostas para auxiliar Pompeu, a quem Varrão apoiava politicamente, em determinados desafios políticos, como *Isagogicum ad Pompeium*, escrita para aconselhá-lo em sua relação com o Senado quando se elegeu cônsul, e *Ephemeris navalis*, obra que tratava sobre a arte de navegar e que tinha como objetivo auxiliar o grande general em suas campanhas contra Sertório na Espanha e contra os piratas no Mediterrâneo³⁹. A utilização da erudição como ferramenta para ascensão política é uma característica marcante na carreira de Varrão, e nisso ele não estava só. Habilidades literárias eram úteis para trazer homens das aristocracias locais das cidades italianas para a esfera da classe governante romana⁴⁰. É dentro deste contexto que a emulação dos valores aristocráticos em obras literárias, como ocorre com o *labor* na *De re rustica*, devem ser entendidos. Membros destacados das elites municipais, como Varrão ou Cícero, se inseriam na construção da idéia de aristocracia romana a partir destas obras literárias.

Outro problema que surge para nossa análise é o fato reconhecido por todos os comentadores de que Varrão, como muitos outros autores da Antiguidade clássica, fazia uso abundante da literatura prévia sem maiores preocupações em referenciar a autoria das informações citadas. Assim, haveria

³⁷ GREEN, Carin, “Free as a bird”: Varro De Re Rustica 3, *American Journal of Philology*, v. 118, n. 3, 1997, p. 431–432.

³⁸ JOLY, Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela, *op.cit.*, p. 287–288.

³⁹ HERNANDEZ MIGUEL, *Varrón*, *op.cit.*, p. 33 e 37.

⁴⁰ BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael H., *Rome in the Late Republic*, London: Duckworth, 1985, p. 21.

de se discutir o quanto das prescrições de Varrão realmente fazem referência a uma realidade concreta da sociedade de seu tempo, já que muitas delas poderiam ser meramente repetições de passagens de autores anteriores e estrangeiros.

Kenneth White pondera, precisamente, que esta prática de citação não era vista como problema pelos antigos, pois o que determinava a reputação de um autor como autoridade no assunto debatido não era o fato da cópia ou não de outros autores, mas a maneira como esta cópia era feita⁴¹. A partir disto, Jan Skydsgaard mostra como o trabalho de utilização de Varrão se vale de um trabalho muito comum entre os escritores romanos de “manuais técnicos”: utilizar excertos de muitas obras anteriores sobre temas diversos, adaptando-as para o seu tema⁴². Sendo assim, acreditar que Varrão é um mero copista de textos anteriores e que, conseqüentemente, as informações contidas em seu tratado não coadunam com a realidade rural italiana de seu tempo é equivocado, pois seria impossível entender a reputação e a divulgação de sua *De Re Rustica* caso isso fosse verdade.

Como consequência de todos estes fatores, a análise da *De re rustica* precisa, da mesma maneira que a análise do *De agri cultura* de Catão, passar por certos cuidados para possibilitar um estudo sócio-econômico, mas tal estudo é não só possível como promissor. O primeiro passo para isso, contudo, é reconhecer que Varrão não pretendia descrever a realidade rural italiana, mas sim compor uma obra literária dentro de certos modelos pré-existentes. Isso determina limites e nuances para a análise que nunca podem ser perdidos de vista.

Um excelente exemplo disso nos é dado pela historiadora austríaca Ulrike Roth. Como ela bem percebe, Varrão enfatiza em vários momentos que seu objetivo é escrever, no livro I, um tratado sobre *agricultura*, e não sobre a realidade do mundo rural⁴³. Essa diferença, que parece pouco importante, é fundamental. Qualquer aspecto da realidade rural italiana que não faça parte da agricultura é omitida por Varrão em seu livro I (e o mesmo ocorre nos outros dois livros, tendo como objetos, porém, o pastoreio e a *pastio uillatica*). Como o próprio Varrão afirma: “Por isso, tento tratar desse assunto mais brevemente em três livros, um sobre a agricultura, outro sobre a pecuária e o terceiro sobre as criações de animais na sede, suprimindo aquilo que não julgo pertencer à agricultura.”⁴⁴.

⁴¹ WHITE, Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors, p. 474.

⁴² SKYDSGAARD, Jens Erik, **Varro the scholar**, Copenhagen: E. Munksgaard, 1968, p. 72–86.

⁴³ ROTH, Ulrike, **Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models**, London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007, p. 7.

⁴⁴ Varrão, *De Re Rustica*, I.I.11. Quo brevius de ea re conor tribus libris exponere, uno de agri cultura, altero de re pecuaria, tertio de villaticis pastionibus, hoc libro circumcisis rebus, quae non arbitror pertinere ad agri culturam.

Roth conclui que Varrão seleciona atividades existentes na realidade rural identificadas com a agricultura, excluindo outras atividades que poderiam exercer um papel fundamental na realidade econômica da Itália rural⁴⁵. Sendo assim, qualquer análise da realidade econômica rural italiana que tenha o *De re rustica* como fonte primária precisa levar em consideração o problema das “lacunas” do texto. A inexistência de menção a algum tipo de atividade econômica que não pertença a essas três áreas cobertas pelos livros de Varrão (Roth está particularmente preocupada com a produção têxtil) não pode ser usada de maneira alguma como dado que corrobore sua inexistência na realidade do mundo rural italiano antigo. Como solução para este problema, Roth indica o cotejamento das fontes com proposições baseadas em modelos teóricos, que permitem analisar os indícios apontados pela fonte a partir de pontos de vista “provocativos”⁴⁶.

Outra questão levantada por essa categorização rígida de Varrão é, justamente, a apresentação em separado de atividades que, decerto, se davam de maneira inter-relacionada na prática cotidiana do mundo rural. Como percebe Kenneth White, o próprio Varrão, apesar de dedicar linhas e mais linhas ao intuito de identificar com precisão a separação entre agricultura e pastoreio no livro I⁴⁷, enfatiza a interdependência entre agricultura e a criação de animais no prefácio do livro II⁴⁸. Sendo assim, a rígida estrutura expositiva de Varrão não pode nos enganar quanto a inter-relação das atividades, apresentadas em separado, na realidade rural italiana⁴⁹.

Outro problema é o caráter moralizante da obra de Varrão, isto é, o quanto as prescrições de Varrão se devem mais a conceitos morais da elite romana do que a problemas práticos da realidade rural. Na verdade, esse problema se assemelha ao do caráter político-ideológico que Brandon Reay identifica na obra de Catão. A solução para o problema em Varrão é o mesmo apontado acima: a análise de certas informações presentes na *De re rustica* não pode perder de vista o fato de que a abordagem dos temas feita por Varrão é perpassada por certos projetos político-ideológicos. Se isso nos obriga a uma atenção redobrada quanto a vieses que tais fatores causam na construção da imagem do mundo rural empreendida por Varrão, isso não determina uma autonomia total desta construção em relação ao referente material sobre o qual tal construção opera.

Conclusão

⁴⁵ ROTH, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p. 8.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁷ Varrão, *De re rustica* I.2.12-28.

⁴⁸ Varrão, *De Re Rustica* II, *praef.*5.

⁴⁹ WHITE, *Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors*, *op.cit.*, p. 51.

Marc Bloch já disse que as fontes não falam por si mesmas, precisam ser interrogadas⁵⁰. Como qualquer bom investigador deve saber, um interrogatório será mais informativo quanto melhor o interrogador souber construir suas perguntas – e para tanto, é necessário buscar as melhores informações possíveis sobre o interrogado. Os tratados sobre o campo de Catão e Varrão – e certamente o mesmo vale para o de Columela – não nos informarão sobre a realidade econômica e social do mundo rural italiano antigo por conta própria. Não o farão também se tentarmos arrancar essas informações sem qualquer tipo de cuidado, torturando-as atrás das informações que queremos, previamente, que elas nos deem. O bom interrogatório é aquele que consegue estabelecer as condições para que, com as perguntas corretas, as informações mais relevantes possíveis para o objeto investigado venham à luz.

Nesse espírito, mais do que “limpar” as informações de “deformações” causadas por estes aspectos políticos e culturais, devemos identificar as formas como diferentes discursos se relacionam dentro do texto dos “agrônomos”. Na verdade, o que ocorre nestes tratados não é a invasão de concepções moralizantes sobre o campo do econômico, como alguns imaginam, mas a construção de discursos convergentes acerca de aspectos diversos da realidade social da aristocracia italiana, da qual faziam parte esses autores. Roger Chartier, pensando um contexto completamente diverso, o da História da Filosofia, corrobora de certa forma esta abordagem que defendo. Sobre a análise de textos filosóficos, ele afirma ser necessário que se:

(...) identifique as transferências de paradigmas de um domínio para outro (...) ou ainda, a utilização de analogias que aproximam universos conceituais separados (...) [ou ainda que se deve] tentar compreender a sua racionalidade específica na historicidade da sua produção e das suas relações com outros discursos.⁵¹

Porém, entre o que observa Chartier e o que percebemos em Catão e Varrão, há uma diferença importante. Os “agrônomos latinos” não estão, exatamente, aproximando universos conceituais separados. Existe, na verdade, a construção de discursos a partir de referenciais diferentes que se inter-relacionam, fazendo com que elementos conceituais de um referencial (a construção da identidade aristocrática, por exemplo) sejam utilizados para compor a reflexão acerca do outro referencial (a administração do trabalho rural, por exemplo), enquanto a própria reflexão sobre este referencial faz parte da construção do quadro conceitual daquele referencial.

⁵⁰ BLOCH, Marc, **Apologia da história**, Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 79.

⁵¹ CHARTIER, Roger, **História Cultural: Entre práticas e representações**, Lisboa: Difel, 1990, p. 73.

Sendo assim, a análise desses textos deve comungar com a preocupação metodológica do historiador francês Yvon Garlan em seu estudo sobre a escravidão na Grécia Antiga, no qual ele afirma que:

Nós correremos sérios riscos de incompreendê-los [os textos antigos que versam sobre a escravidão] se tentarmos interpretá-los fora do contexto dos gêneros literários aos quais eles pertencem e, acima de tudo, sem referência ao lugar que eles ocupam em um ou outro sistema de representação.⁵²

Assim, estudos de história econômica que utilizam textos como os de Catão e Varrão não podem escapar das questões políticas e ideológico-literárias da composição destes textos. É preciso refletir sobre como empreender estudos acerca de obras literárias que, ao mesmo tempo, respeitem as particularidades destas obras e nos permitam ir além de meras identificações de quadros conceituais internos da obra, analisando como estes estão relacionados com a realidade social em que as obras foram produzidas.

Os termos metodológicos das análises destes textos, devem ser pensados, ao meu ver, de maneira próxima ao que Rafael de Bivar Marquese fez em seu estudo sobre os modelos de gestão do trabalho escravo na América, em *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Marquese, ao explicar sua abordagem das fontes, afirma que:

A análise dos textos prescritivos sobre a administração dos escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato da elaboração das idéias sobre o assunto, pois esses textos foram organizados com base em concepções formuladas em redes de conhecimento historicamente distintas e pretenderam intervir em contextos materiais específicos, isto é, buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores. (...) *O estudo das idéias sobre gestão escravista, por conseguinte, exige a investigação tanto dos instrumentos intelectuais que lhes deram sustentação quanto das sociedades escravistas em que procuravam intervir.*⁵³

Ou seja, o estudo das prescrições sobre a administração do trabalho escravo identificáveis nos tratados de Catão e Varrão devem passar tanto pela identificação dos quadros conceituais dos contextos político-ideológicos em que esses autores viveram, e que são fundamentais para entender a composição de seus textos, como pela análise da sociedade escravista em que pretendiam que suas prescrições intervissem. Assim, deve-se rechaçar tanto a metodologia *anedótica* que usava passagens destes tratados sem a análise literária necessária, como também algumas abordagens

⁵² GARLAN, Yvon, *Slavery in Ancient Greece*, Ithaca: Cornell University Press, 1988, p. 15.

⁵³ MARQUESE, Rafael de Bivar, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 12, *grifos meus*.

contemporâneas que pretendem negligenciar (quando não, negar) a relação desses tratados com a realidade material em que são compostos, analisando suas prescrições apenas enquanto representações literárias e metafóricas.

Bibliografia

- BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael H. **Rome in the Late Republic**. London: Duckworth, 1985.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. [s.l.]: Zahar, 2002.
- CARLSEN, Jesper. **Vilici and Roman Estate Managers Until AD 284**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1995.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FINLEY, Moses I. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FITZGERALD, William. **Slavery and the Roman Literary Imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. (Roman Literature and its contents).
- GARLAN, Yvon. **Slavery in Ancient Greece**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- GREEN, Carin. “Free as a bird”: Varro De Re Rustica 3. **American Journal of Philology**, v. 118, n. 3, 1997.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- HERNANDEZ MIGUEL, Luis Alfonso. **Varrón**. Madri: Ediciones Clásicas, 2000. (Biblioteca de la Literatura Latina,).
- HOPKINS, Keith. **Conquerors and slaves**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. (Sociological studies in Roman history, v. 1).
- JOLY, Fábio Duarte. Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 281–299, 2003.
- JOLY, Fabio Duarte. Terra e trabalho na Itália do alto Império. *In*: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Orgs.). **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTIN, René. **Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales**. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008.

POWELL, J.G.F. Dialogues and treatises. *In: A companion to Roman literature*. Malden; Oxford: Blackwell, 2005.

REAY, Brendon. Agriculture, Writing, and Cato's Aristocratic Self-Fashioning. **Classical Antiquity**, v. 24, n. 2, p. 331–361, 2005.

ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. **Estudos de história da cultura clássica**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

ROTH, Ulrike. **Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models**. London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007.

SKYDSGAARD, Jens Erik. **Varro the scholar**. Copenhagen: E. Munksgaard, 1968.

TREVIZAM, Matheus. **Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.